

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ITAJAÍ PARCERIAS

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (22/04/2026), às 13h (treze horas), reuniu-se em caráter extraordinário o Conselho Gestor de Concessões e PPPs, na sala de reuniões do gabinete do Prefeito. Participaram da reunião: o presidente do Conselho, o senhor Prefeito Robison Coelho; os conselheiros Rodrigo Silveira, Murilo Pereira, Gabriela Kelm e Mark Anderson Caldeira; o Diretor-Presidente da Invest Itajaí, Nikolas Reis, a Diretora de Projetos da Invest Itajaí, Ana Paula Cardoso, a Secretária de Educação, Michele Rigueira, acompanhada de membros da equipe técnica da Secretaria, Carlos Ignacio, João Bittencourt, Joelcir Zatta, Uíara Vargas, Marilei Alves, Manoel Bento, membros da Secretaria da Fazenda, Vanildo Piertz e Tânia Novaes, membros da Secretaria de Governo Denilson Rosa, Bruna Rodi e Joseane Lopes e membros da equipe da empresa Think, Rafael Tinelli e Giulia Sousa. Ordem do Dia: 1. Discussão sobre os estudos, da modelagem econômica, a modelagem licitatória e o escopo. O senhor presidente abriu a reunião solicitando ao senhor Rafael Tinelli procedesse a apresentação executiva dos estudos e modelagem encaminhadas. A apresentação do senhor Rafael contemplou, entre outros aspectos, o diagnóstico da rede escolar, as premissas técnicas, o cronograma de implantação, os programas de reforma, reinvestimento e operação e manutenção, as premissas financeiras, a análise de Value for Money (VfM), o impacto da PPP sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), a estrutura licitatória, as garantias, as fases do contrato e a proposição de cenários alternativos. Iniciados os debates, os presentes analisaram a profundidade e a abrangência dos estudos apresentados, destacando-se que a modelagem contempla a totalidade da rede municipal e estrutura programas específicos de reforma, reinvestimento e operação e manutenção das unidades escolares. Também foram discutidos o cronograma inicialmente proposto, que prevê a intervenção em 40 unidades no primeiro bloco, 40 no segundo e 38 no terceiro, bem como as premissas de realocação temporária de alunos durante a execução das obras. O Secretário Municipal da Fazenda, Rodrigo Silveira, manifestou-se sobre os aspectos econômico-financeiros da modelagem, destacando a necessidade de avaliar cuidadosamente o tamanho das contraprestações previstas, sua repercussão sobre a Receita Corrente Líquida e, sobretudo, a sustentabilidade do compromisso ao longo de todo o período contratual. Observou que, conforme apresentado nos estudos, a modelagem demonstra, neste momento, capacidade fiscal do Município para assumir o compromisso, considerando-se a relação projetada entre as despesas da PPP e a RCL. Ressaltou, contudo, que a análise da Fazenda não se limita à capacidade atual de pagamento, mas está especialmente voltada à garantia da sustentabilidade do contrato ao longo dos anos e à preservação da capacidade financeira do Município para as futuras administrações. Enfatizou, ainda, que a decisão sobre a modelagem financeira deve considerar não apenas a possibilidade de contratação no presente, mas também os compromissos que serão transferidos às próximas gestões, razão pela qual a Secretaria vem se debruçando sobre os parâmetros financeiros, as contraprestações e os mecanismos de garantia, buscando assegurar que eventual contratação seja compatível com uma trajetória fiscal sustentável. Na sequência, a Secretária Municipal de Educação, Michele Rigueira, reconheceu a profundidade dos estudos apresentados e destacou o profissionalismo da empresa Think na condução dos trabalhos, ressaltando a forma transparente como o processo foi desenvolvido e a significativa preocupação demonstrada pela equipe responsável em ouvir e incorporar as demandas apresentadas pela Secretaria, pelos diretores e pelas equipes pedagógicas. Registrou que o trabalho realizado constitui importante subsídio para a tomada de decisão do Município e permite uma compreensão mais estruturada das necessidades de infraestrutura da rede. A Secretária ponderou, entretanto, que os debates realizados internamente pela Secretaria de Educação ainda apontam para a necessidade de uma possível revisão do escopo inicialmente modelado. Explicou que, embora a realização das reformas seja reconhecida como necessária e relevante, permanece uma preocupação central relacionada à necessidade de criação de novas vagas, especialmente em determinadas regiões do Município, bem como à situação de escolas que apresentam condições críticas e que podem demandar intervenções prioritárias. Destacou que a análise deve considerar não apenas a recuperação da infraestrutura existente, mas também a dinâmica da demanda educacional e as necessidades específicas dos diferentes polos territoriais do Município. A Secretária solicitou, nesse sentido, prazo adicional de duas semanas para que pudesse concluir, juntamente com seus diretores e as equipes pedagógicas, os debates internos acerca da eventual modificação do escopo, especialmente quanto à combinação entre reformas, construção de novas

55 unidades e priorização das situações mais críticas. Ressaltou que a intenção é apresentar uma
56 contribuição consolidada da Secretaria, capaz de orientar a construção de cenários que efetivamente
57 respondam às necessidades da população. Ademais, sinalizou que sua equipe da diretoria de
58 infraestrutura está profundamente comprometida em validar as questões relativas às estimativas de
59 custos às reformas e eventuais construções tendo em vista a forma com as quais estes valores são
60 fixados para o processo licitatório uma vez que se existem distinções trazidas pela legislação aplicada
61 às concessões e PPPs. O Secretário Municipal de Governo, Murilo Pereira, manifestou-se acerca da
62 modelagem institucional e licitatória, registrando que, em razão do expressivo volume de documentos
63 que integram os estudos, incluindo edital, minuta contratual e respectivos anexos, ainda necessita de
64 alguns dias para concluir a análise e apresentar suas considerações. Ressaltou a importância de que a
65 estrutura licitatória seja examinada de forma cuidadosa, especialmente diante da complexidade do
66 contrato e da necessidade de assegurar segurança jurídica e adequada governança da futura
67 contratação. A documentação apresentada contempla, entre outros elementos, a minuta do contrato,
68 cadernos de investimentos e operações, sistema de mensuração de desempenho, mecanismo de
69 pagamento, matriz de riscos e demais anexos necessários à licitação. Durante os debates, os presentes
70 também analisaram os cenários apresentados pela empresa Think. Foi registrado que o Cenário 1
71 contempla a reforma de 118 unidades, com contraprestação mensal estimada em R\$ 16,27 milhões e
72 impacto sobre a RCL entre 2,5% e 3,7%, enquanto o Cenário 2 contempla a reforma de 46 unidades e
73 a construção de 7 novas unidades, com contraprestação mensal estimada em R\$ 11,71 milhões e
74 impacto sobre a RCL entre 1,9% e 2,3%. Os participantes destacaram que esses cenários demonstram
75 a importância de se aprofundar a discussão sobre a composição do escopo, uma vez que a alternativa
76 mais adequada ao interesse público não necessariamente será aquela que simplesmente concentre os
77 investimentos na recuperação do patrimônio existente. Considerou-se necessário avaliar a distribuição
78 territorial das demandas, a disponibilidade atual de vagas, a necessidade de expansão da rede, a
79 situação das unidades em condições mais críticas e a possibilidade de combinação entre reforma,
80 construção e demais serviços previstos na PPP. O Secretário da Fazenda registrou que eventuais
81 alterações de escopo deverão considerar sempre as questões econômico-financeiras, uma vez que a
82 redução ou ampliação das intervenções poderá produzir efeitos relevantes sobre as contraprestações
83 e sobre o impacto fiscal do projeto. O Prefeito, ao se manifestar, destacou que a principal preocupação
84 do Município deve ser a definição de um escopo que efetivamente responda às demandas mais
85 relevantes da população, especialmente no que se refere à infraestrutura das escolas e à necessidade
86 de ampliação da oferta de vagas. Ressaltou que a PPP não deve ser estruturada apenas como
87 instrumento para solucionar problemas de manutenção ou recuperação de prédios existentes, mas
88 deve ser capaz de enfrentar, de maneira integrada, os principais desafios da rede municipal de ensino.
89 O Prefeito solicitou, assim, uma profunda revisão do escopo atualmente proposto, de modo que a
90 modelagem possa contemplar com maior intensidade a necessidade de criação de novas vagas e as
91 demandas concretas existentes em cada região do Município. Destacou que as necessidades não são
92 homogêneas e que devem ser observadas as particularidades de cada polo, evitando-se uma solução
93 uniforme que não considere as diferenças territoriais, demográficas e de infraestrutura existentes
94 entre as regiões de Itajaí. Na mesma oportunidade, o Prefeito solicitou à Think, em conjunto com as
95 equipes das Secretarias presentes, que desenvolva e apresente, no menor prazo possível, uma nova
96 proposta de modelagem, contemplando novos cenários e alternativas de escopo, incorporando as
97 contribuições apresentadas pela Secretária de Educação e por sua equipe. Determinou que esses
98 novos cenários permitam ao Município comparar, de forma objetiva, diferentes combinações entre
99 reformas, construção de novas unidades, ampliação de vagas e demais intervenções, considerando
100 seus respectivos impactos técnicos, financeiros e fiscais. Ao final, ficou consignado que os estudos
101 apresentados constituem importante base técnica para o prosseguimento da estruturação da PPP, mas
102 que a definição definitiva do escopo deverá ser precedida pela consolidação das contribuições das
103 Secretarias e pela avaliação dos novos cenários a serem desenvolvidos. A empresa Think deverá
104 trabalhar conjuntamente com as equipes municipais para incorporar as diretrizes apresentadas na
105 reunião, enquanto as Secretarias de Educação, Fazenda e Governo concluirão suas respectivas
106 análises. Ficou, ainda, registrada a necessidade de posterior reunião para apreciação dos novos
107 cenários e deliberação quanto ao escopo que melhor atenda ao interesse público, à sustentabilidade
108 fiscal do Município e às necessidades concretas da Rede Municipal de Ensino. O Prefeito determinou

109 que a equipe da Invest Itajaí e o secretário do Conselho tomassem todas as providências cabíveis para
110 a finalizam dos estudos e a promoção da próxima reunião para nova rodada de discussão sobre o
111 escopo do Projeto. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por
112 encerrada a reunião. E, para constar, eu, Mark Anderson Caldeira, secretário deste Conselho, lavrei a
113 presente ata, que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho.

Itajaí (SC), 22 de abril de 2026.

Robison Coelho - Presidente do CGCP

Mark Anderson Caldeira - Secretário do CGCP